

## **ANÁLISES COMPARATIVAS SOBRE OS HOMICÍDIOS NAS REGIÕES METROPOLITANAS BRASILEIRAS: GRANDE VITÓRIA E NATAL EM FOCO**

Suellen Amorim Bellucio  
Universidade Vila Velha  
suellenbellucio123@gmail.com

Pablo da Silva Lira  
Universidade Vila Velha  
pabloslira@gmail.com

**RESUMO:** A distribuição espacial dos homicídios possui certa relação com o processo de urbanização, tal como o fenômeno de metropolização. Partindo desta premissa, este artigo pretende analisar a distribuição espacial dos homicídios nas Regiões Metropolitanas da Grande Vitória e de Natal, buscando compreender quais são as principais motivações para o advento do fenômeno da criminalidade violenta nesses locais, por meio das informações do SIM/DATASUS, com o propósito de identificar padrões geográficos gerais, quando dados mais detalhados foram sistematizados no escopo da série "estudos comparativos" do observatório das metrópoles.

**Palavras-chave:** Homicídios; Regiões Metropolitanas; Geografia do Crime.

**GT – 2:** Metrópole, metropolização e dinâmica espacial contemporânea.

## 1 INTRODUÇÃO

Desde meados do século XVIII que os países europeus vêm passando por um demasiado processo de urbanização, desencadeado pela revolução industrial que se espalhou pelo continente nesse mesmo período. No Brasil, esse processo ocorreu mais tardiamente, principalmente pelo fato de, na época o país ainda ser colônia de Portugal, portanto não se enquadrava no circuito econômico da industrialização.

Por essa razão, foi apenas no final do século XIX e início do século XX que as cidades brasileiras começaram a vivenciar a urbanização. Esse processo, assim como nos outros países, foi marcado principalmente pela migração da população rural para os centros urbanos em busca de proximidade das indústrias e maiores oportunidades de emprego. Entretanto, esse aumento populacional dos centros das cidades provocou um crescimento desordenado que acarretou uma série de problemas que são perceptíveis até nos dias atuais (Ugeda Junior, 2016).

Pensando pelo âmbito econômico, as indústrias foram importantíssimas para o desenvolvimento do país, uma vez que caiu consideravelmente a dependência do Brasil por produtos manufaturados importados, além de ter aumentado radicalmente o número de ofertas de emprego para a população. Mas, por outro lado, como ficou a questão urbanística diante disso tudo?

No século XX, a população brasileira já se estratificava em classes de alta renda e classes de baixa renda e, apesar da estrutura social dessa época ainda ser relativamente simples, já pode-se observar que nela encontra-se os primórdios da desigualdade social vivenciada no século XXI, uma vez que, desde então, as classes sociais mais abastadas ocupavam os locais mais privilegiados da cidade, enquanto as classes menos abastadas ocupavam os locais que ficavam nas periferias (Souza, 2000). Dessa forma, é importante ressaltar que entender o processo de urbanização é essencial para compreender a dinâmica urbana das cidades do século XXI, uma vez que a dinâmica vivida pela população das grandes cidades atualmente tem relação direta com o processo pelo qual as cidades passaram para chegar no estágio em que se encontram.

Diante disso, não é incomum constatar que o principal intensificador dos problemas urbanos atuais tem direta relação com este crescimento mal planejado e, com base nisso, este artigo visa abordar o assunto da criminalidade violenta vivenciada nas metrópoles brasileiras do século XXI em busca dos seus principais indicadores, buscando relacionar os índices de criminalidade atuais com o

contexto histórico brasileiro de urbanização e metropolização. A pesquisa se articula com enfoque comparativo entre as Regiões Metropolitanas da Grande Vitória e de Natal, buscando comparar os índices de violência urbana das mesmas.

O motivo pelo qual foram escolhidas essas duas metrópoles dentre tantas existentes no Brasil foi a magnitude populacional das mesmas que se encontra semelhante. Segundo o censo IBGE de 2010, a população residente na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) é de 1,6 milhões de habitantes e da Região Metropolitana de Natal (RMN) 1,3 milhões de habitantes. Diante desses dados, pode-se afirmar a semelhança demográfica entre as regiões, o que viabiliza a comparativa dos índices de criminalidade violenta e permite maiores suposições a respeito dos intensificadores desse fenômeno. Acredita-se, portanto, que os aspectos populacionais e socioeconômicos podem ser alguns condicionantes para os altos índices de violência vivenciados pelas duas Regiões Metropolitanas. Para tal conclusão, a pesquisa contará com a produção de mapas e geração de análises estatísticas que demonstrarão estes fatos.

## 2 A CARACTERIZAÇÃO DAS REGIÕES METROPOLITANAS DA GRANDE VITÓRIA E NATAL

### 2.1 A CONFIGURAÇÃO TERRITORIAL DAS METRÓPOLES EM ESTUDO E SUAS PRINCIPAIS PROBLEMÁTICAS

O desdobramento do fenômeno de metropolização vem se expandindo gradativamente por vários países e, segundo dados do ano de 2015, até aquele ano o Brasil contava com 71 Regiões Metropolitanas (MARGUTTI; COSTA; FAVARÃO, 2018). É a partir deste dado que essa seção se insere nesse artigo, trazendo uma análise mais aprofundada sobre as Regiões Metropolitanas da Grande Vitória e de Natal, contando com uma caracterização mais precisa de suas configurações sócio espaciais e das principais problemáticas enfrentadas pelas mesmas.

Insta salientar que a metropolização não se resume à conformação de arranjos metropolitanos de caráter institucional e/ou funcional. De acordo com Ribeiro (2013), desde o período colonial observa-se no país o fenômeno da metropolização compreendido como centros urbanos que possuem suas dinâmicas de organização e funcionamento estabelecidas em duas órbitas de influência: enquanto satélite de uma ordem econômica hierárquica que materializa a divisão mundial do trabalho e se liga à economia-mundo; e enquanto core interno, constituído por centros nacionais de poderes econômicos e políticos. Todavia, o

mencionado autor chama atenção para as transformações geoeconômicas e geopolíticas que aconteceram na segunda metade da década de 1950, que remodelaram a geografia da divisão do trabalho em função da “descentralização do aparato produtivo industrial capitalista em direção a alguns países da periferia”, o que permitiu o fortalecimento de “novos centros de acumulação e valorização do capital internacional” (RIBEIRO, 2013, p. 10).

Inicialmente, é importante destacar que a Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), constituída pela Lei Complementar estadual nº 58, de 21 de fevereiro de 1995, é formada por 7 municípios, enquanto a Região Metropolitana de Natal (RMN), institucionalizada por meio da Lei Complementar Estadual nº 152, de 16 de janeiro de 1997, é constituída por 14 municípios, o dobro da primeira. A RMGV é formada pelos municípios de Cariacica, Fundão, Guarapari, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória, sendo esta última a capital do estado do Espírito Santo e torna-se importante ressaltar que a mesma encontra-se em confirmação de atendimento às condições exigidas pelo Estatuto das Metrôpoles para alcançar a Gestão Plena estabelecida pelo mesmo, pois

[...] sua estrutura atual já previa: i) uma instância executiva e deliberativa, com participação da sociedade civil, pelo Conselho Metropolitano de Desenvolvimento da Grande Vitória (Comdevit); ii) uma instância de suporte técnico, com o IJSN; e iii) um fundo, o Fundo Metropolitano de Desenvolvimento da Grande Vitória (Fumdevit). Ademais, seu plano – desenvolvido por meio de cooperação com a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (Fapes) – já foi concluído, aprovado, encaminhado para apreciação da Assembleia Legislativa e recentemente aprovado (MARGUTTI; COSTA; FAVARÃO, 2018, p.38).

Em contrapartida, a RMN é formada pelos municípios de Arês, Ceará-Mirim, Extremoz, Goianinha, Ielmo Marinho, Macaíba, Maxaranguape, Monte Alegre, Natal, Nísia Floresta, Parnamirim, São Gonçalo do Amarante, São José de Mipibu e Vera Cruz e se encontra institucionalmente desestruturada, uma vez que desde sua criação o Conselho de Desenvolvimento Metropolitano (CDMN) foi instituído sem consolidação da gestão metropolitana, o que provocou sua inativação por um período de cinco anos. Além disso, ainda não há registros sobre a iniciação de seu PDUI e, apesar da existência do Plano Natal-Metrópole 2020, criado em 2007, este encontra-se desatualizado e carente de revisões e aprovação por parte do conselho. (MARGUTTI; COSTA; FAVARÃO, 2018).

Após estabelecido o conhecimento territorial das metrôpoles em estudo, torna-se importante analisar os aspectos espaciais presentes nos municípios constituintes de cada uma delas, bem como compreender parte das problemáticas que acometem esses locais. A dinâmica socioeconômica da RMN se insere em seus municípios de forma semelhante à da RMGV, visto que ambas possuem uma concentração de renda nos municípios polo e nos municípios vizinhos a eles, os quais apresentam alto grau de integração com os

primeiros. É importante também destacar que as duas RMs possuem um litoral influente na questão imobiliária, o que contribui para o destaque desses municípios na malha metropolitana.

Com relação as problemáticas presentes nesses locais, vale ressaltar que muitas delas têm relação com os índices de violência que serão mais detalhados na seção seguinte. Tais problemáticas envolvem, muitas vezes, a questão da desigualdade social. Todavia, um assunto que também vale citar é a questão da gravidez na adolescência, visto que

A incidência de gravidez durante o período de adolescência parece ser um problema associado aos níveis social, cultural e de educação dos envolvidos, sendo a ocorrência maior em países menos desenvolvidos e em indivíduos da população cujo grau de escolaridade seja menor (ALMEIDA, 2002; BERLOFI et al, 2006; BURROWS et al., 1998; CORREA, 2003, COSTA; PINHO; MARTINS, 1995 apud RIBEIRO et al, 2013, pag. 13).

De acordo com os dados coletados, foi constatado que na RMGV e RMN, respectivamente, 16,68% e 18,54% dos bebês nascidos pertenciam a mães adolescentes no ano de 2010. Este percentual pode ser considerado preocupante, posto que a gravidez na adolescência pode levar as mulheres nessa condição ao abandono dos estudos e impactar em todo o restante de suas vidas. Diante disso, também se torna importante comparar o fenômeno da gravidez na adolescência com a questão socioeconômica da população, pois segundo Ribeiro et al. (2013), existem evidências de que o perfil socioeconômico é uma grande influência nestes casos e, diante do fato de que adolescentes mães tendem a deixar os estudos, o fenômeno torna-se um ciclo vicioso, pois aquelas que nasceram em uma família de renda média baixa e teriam a chance de se qualificar para o mercado de trabalho no decorrer de sua vida, passam a viver neste meio de adversidades.

Outro aspecto importante a ser citado que faz parte da vida da população que reside em Regiões Metropolitanas é a questão do desemprego. Essa problemática pode estar, muitas das vezes, afun relacionada a escolaridade da população, visto que aquelas pessoas com níveis de escolaridade baixos tendem a não se encaixar no mercado formal de empregos que atualmente encontra-se extremamente competitivo. Através de dados do Datasus pode-se entender a relação das taxas de escolaridade e de desemprego nos municípios da RMGV e RMN, informação importante para identificar os indicadores de violência que serão discutidos na próxima seção. Constata-se que os municípios com as menores taxas de desemprego da RMGV também são aqueles que apresentam menor taxa de analfabetismo, como Vitória e Vila Velha. Entretanto, na RMN não acontece o mesmo. Os dois municípios com menores taxas de desemprego, como Ielmo Marinho e Vera Cruz, com a taxa de 4,8% e 3,5% respectivamente, apresentam as maiores taxas de analfabetismo da Região Metropolitana, com 27,5% e 31,4%. Isso acontece porque esses municípios, segundo o censo IBGE (2010), possuem mais de 50% de sua população residindo em áreas rurais, destinando, portanto, as suas atividades a produção agrícola, ou seja, tais municípios se caracterizaram com predominância de dinâmicas rurais.

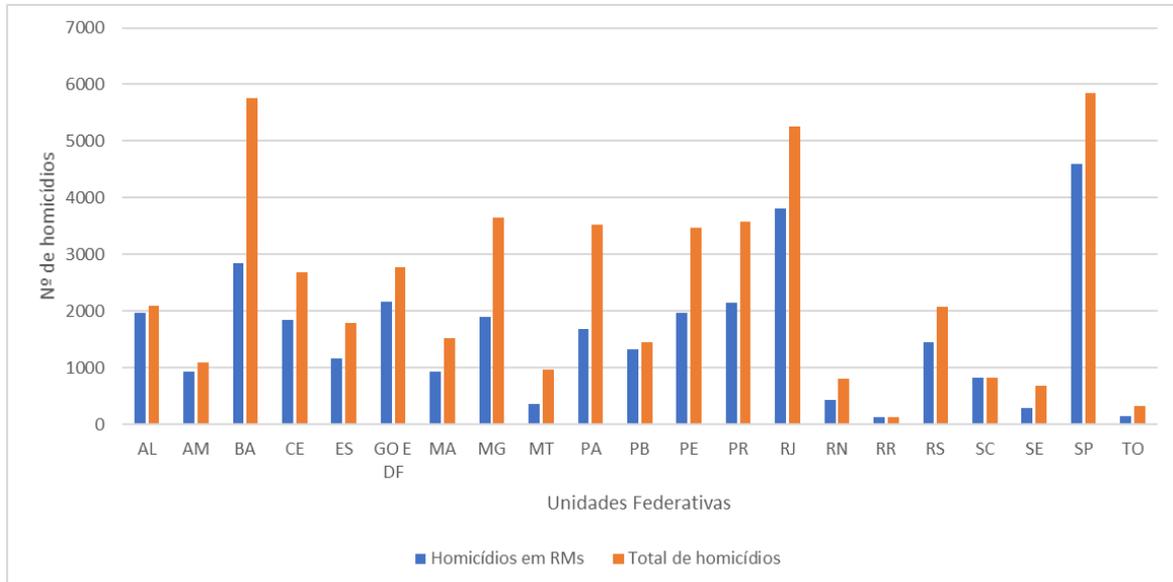
As problemáticas de gravidez na adolescência, taxas de desemprego e escolaridade estudadas nesta seção se articulam como uma introdução para a seção posterior, que trará uma análise mais aprofundada das altas taxas de violência que atingem as regiões metropolitanas da Grande Vitória e Natal usando os dados levantados até aqui para constatar os principais condicionantes da criminalidade violenta que acometem o cotidiano das Regiões Metropolitanas em estudo.

### 3 DIAGNÓSTICO SOBRE AS TAXAS DE HOMICÍDIOS

Diante do estudo realizado até a presente seção a respeito do processo de metropolização das cidades foi possível entender a dinâmica urbana exercida pelas metrópoles da Grande Vitória e de Natal, de forma a compreender brevemente o processo de suas ocupações territoriais, suas questões sócio espaciais e sua atual gestão metropolitana. Através disso permitiu-se analisar e entender parte das problemáticas que pertencem ao cotidiano dessas Regiões Metropolitanas e, exclusivamente nesta seção será tratado o assunto da violência urbana nesses locais. As análises estarão baseadas em dados extraídos da categoria de óbitos por homicídios do SIM/DATASUS, Ministério da Saúde.

São diversos tipos de criminalidades violentas que fazem parte do cotidiano da população que vive em Regiões Metropolitanas, dentre elas podemos citar os homicídios, estupros, roubos, assaltos a mão armada, entre muitos outros. Elas também acontecem fora dessas áreas, mas como pode ser verificado no gráfico abaixo, elaborado segundo dados do Ministério da Saúde do ano de 2010, a maior incidência de crimes ocorre dentro das Regiões Metropolitanas e, segundo Andrade, Souza e Freire (2013), tudo indica que suas causas pertencem à desorganização social causada por um brusco e intenso aumento populacional, ou seja, de uma urbanização que ocorre sem a oferta de bens e serviços públicos que garantam uma vida digna.

**Figura 1:** Homicídios em Regiões Metropolitanas em algumas Unidades Federativas do Brasil (2010)



Fonte: IBGE (2010)

Diante disso, é com a intensão de compreender melhor este fenômeno que cabe analisar quais são as principais tipologias criminais que intensificam o índice crescente de homicídios nas Regiões Metropolitanas em estudo. Isto significa entender quais são os tipos de crimes que mais ocorrem nessas regiões, onde há maior decorrência deles e quem são as principais vítimas, ou seja, nesta análise iremos entender qual perfil social possui maior vitimização, incluindo faixa etária, sexo, renda e escolaridade e, mais afrente estudaremos quais áreas das regiões metropolitanas em estudo tornaram-se mais susceptíveis a determinados crimes.

De acordo com dados do Ministério da Saúde, no ano de 2000 foram registrados no Brasil, Espírito Santo e Rio Grande do Norte, respectivamente, 26,7, 46,2 e 9,2 homicídios por 100 mil habitantes. Dez anos mais tarde, em 2010, estes números passaram a ser de 27,4, 51 e 26 homicídios por 100 mil habitantes, ou seja, ocorreu uma variação de 27% nos homicídios do país, 10% no Espírito Santo e 176% no Rio Grande do Norte. Segundo Lira, Lyra e Guadalupe (2014, p. 294) estes aumentos evidenciam “a necessidade da priorização da segurança pública no planejamento, nas políticas, nas ações e na mobilização da sociedade, com a finalidade de redução dos índices de violência criminal”.

Através destes dados é possível perceber que, não somente nos estados do Espírito Santo e Rio Grande do Norte, mas nos estados do Brasil como um todo ocorreu um aumento significativo nas

taxas de homicídio, ou seja, esta é uma problemática que deve ser analisada e em suma, são fenômenos que demandam explicações sobre porque acontecem e requerem intervenções por parte do Estado, além de ações dirigidas à sua

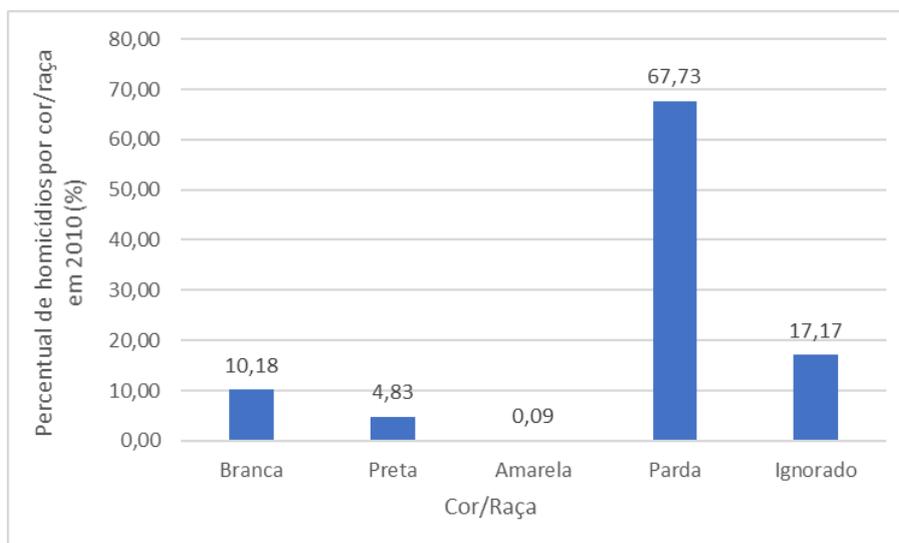
[...] prevenção primária (avanços no campo da educação, saúde, assistência social, habitação e outras áreas), prevenção secundária (intervenções no desenho arquitetônico e urbanístico, ordenamento territorial, implantação de sistema de vídeo-monitoramento nas ruas e imóveis, policiamento ostensivo, entre outros) e prevenção terciária (programas de diminuição de reincidência criminal e ressocialização de internos do sistema prisional) (Lira, Lyra, Guadalupe, 2014, p. 294).

Entretanto, não é uma tarefa simples desvendar os principais aspectos que reforçam o quadro do fenômeno da violência urbana. Segundo Abramovay et al. apud Andrade, Souza e Freire (2013), não é apenas a pobreza e desigualdade de renda que justificam o fenômeno, mas diversos outros aspectos que remetem à vulnerabilidade social, principalmente de jovens, assim como a maior facilidade de acesso a armas de fogo e do mercado de drogas, violência policial, baixa qualidade de ensino público, dificuldade de obter o primeiro emprego e expectativas frustradas com relação a cultura consumista.

Através de dados do Ministério da Saúde, é possível identificar que tanto na Região Metropolitana da Grande Vitória quanto na Região Metropolitana de Natal as taxas possuem em comum o mesmo perfil de vítima de homicídio, ou seja, jovens do sexo masculino, com idade entre 15 e 29 anos. Na RMGV em 2010, 40,21% das vítimas de homicídios pertenciam ao grupo de jovens com idade entre 20 e 29 anos. No mesmo ano, foi registrado um percentual de 89,82% de vítimas do sexo masculino, enquanto na RMN 40,47% das vítimas foram jovens de 20 a 29 anos e 92,65% pertenciam ao sexo masculino.

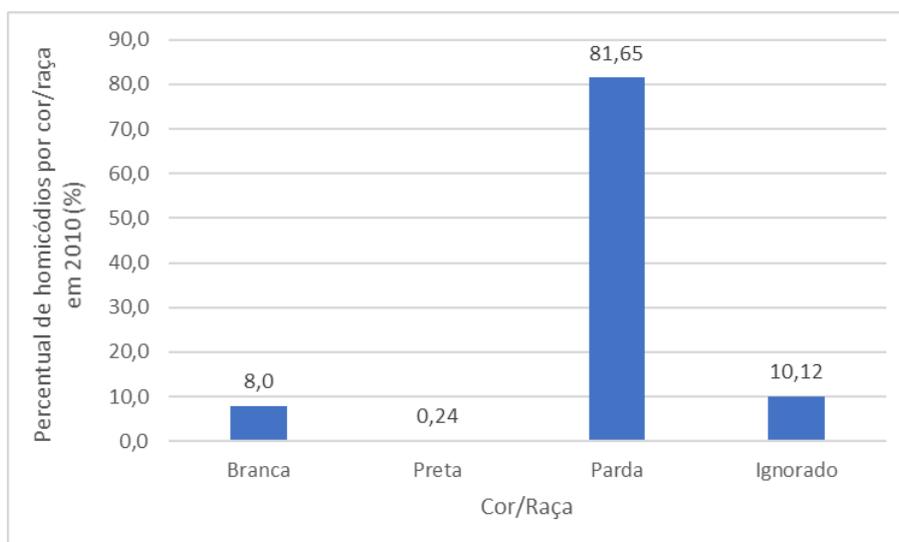
Entretanto, apesar de a maior parte das vítimas terem sido constatadas com este perfil, vale analisar outros fatores que se associam aos casos criminais que acometem as RMs em estudo, visto que outros indicadores permitem ampliar o diagnóstico da criminalidade violenta das mesmas. Uma delas é a comparação que pode ser feita com relação a criminalidade e o perfil social das vítimas: não são apenas jovens do sexo masculino, a vitimização maior abrange também determinadas raças, níveis de escolaridades e renda específicos. De acordo com dados do Ministério da Saúde, a cor/raça mais atingida pelos homicídios no ano de 2010 foi a parda, tanto na RMGV quanto na RMN, quando respectivamente 67,73% e 81,65% das vítimas pertenciam a esta raça.

**Figura 2:** Percentual de homicídios por cor/raça – RMGV (2010)



Fonte: DATASUS (2010)

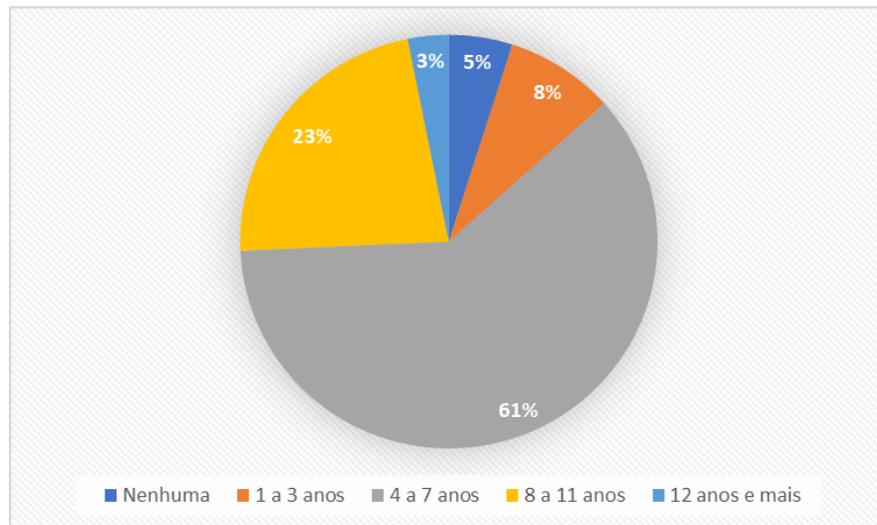
**Figura 3:** Percentual de homicídios por cor/raça – RMN (2010)



Fonte: DATASUS (2010)

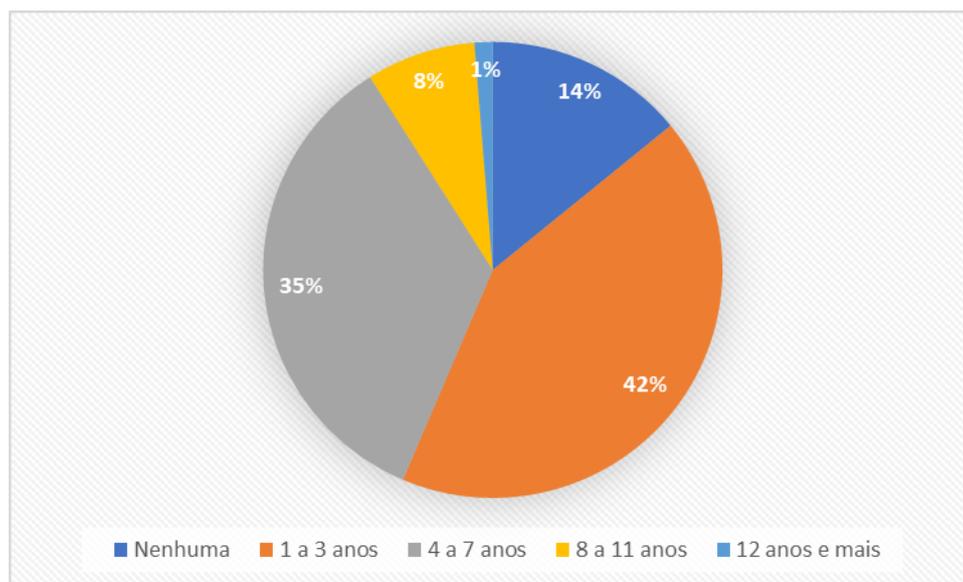
Com relação aos níveis de escolaridade, os dados do Ministério da Saúde mostram que o percentual maior de vítimas pertence a níveis de escolaridade baixos, nas duas Regiões Metropolitanas, quando na RMGV 60% das vítimas possui de 4 a 7 anos de estudo, enquanto na RMN 42% possuíam de 1 a 3 anos de estudo apenas.

**Figura 4:** Percentual de homicídios por escolaridade – RMGV (2010)



Fonte: DATASUS (2010)

**Figura 5:** Percentual de homicídios por escolaridade – RMN (2010)

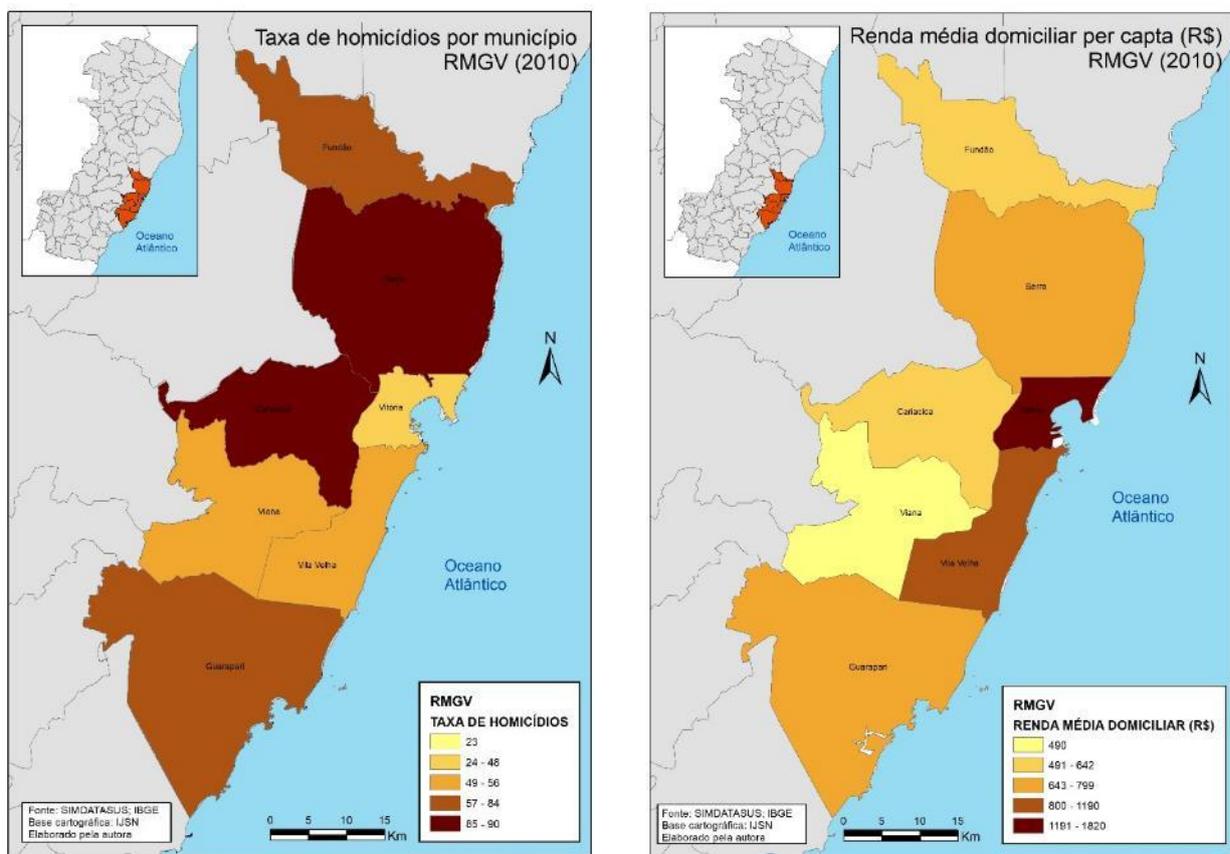


Fonte: DATASUS (2010)

Somado a isso, a relação homicídios – renda na RMGV e RMN também se comporta de maneira parecida, visto que na RMGV aqueles municípios que possuem renda média domiciliar per capita entre R\$491 e R\$799, renda relativamente baixa, apresentam as maiores taxas de homicídio da Região Metropolitana, enquanto na RMN os municípios com as taxas mais elevadas possuem renda média per capita entre R\$330 e R\$921. O principal diferencial entre as duas RMs, neste caso, é que na RMGV o município polo não se enquadra entre os municípios com maiores taxas de homicídio, enquanto na RMN o município polo é o segundo com a maior taxa de homicídio da região, perdendo apenas para São Gonçalo do Amarante, município vizinho. Este fato pode ser

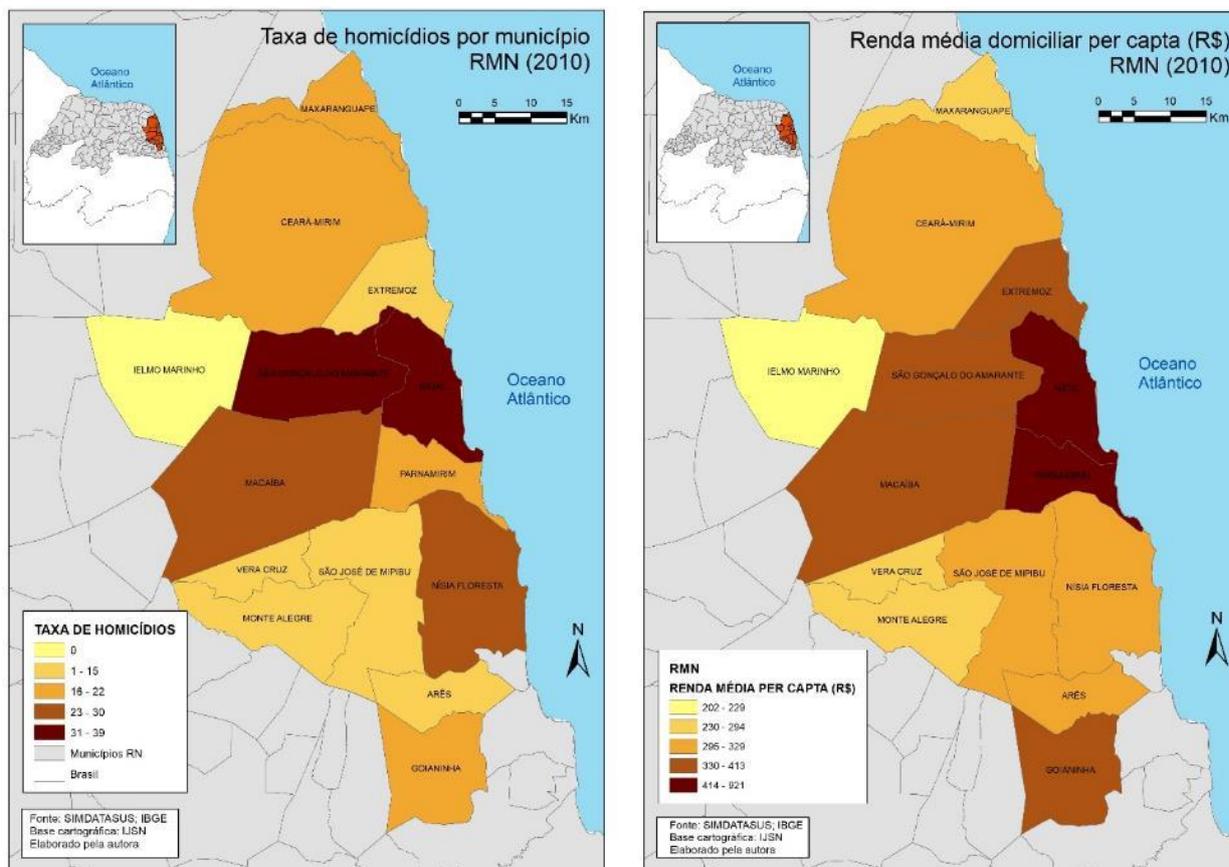
explicado pela alta desigualdade social existente no município de Natal, que inclusive apresenta renda média domiciliar per capita baixa para uma capital, com apenas R\$ 921,29 para o ano de 2010, enquanto a renda apresentada pelo município de Vitória, polo da RMGV, neste mesmo ano foi de R\$1820, quase o dobro de Natal.

**Figura 6:** Comparativo entre taxa de homicídios e renda domiciliar per capita (RMGV – 2010)



Fonte: DATASUS; IBGE

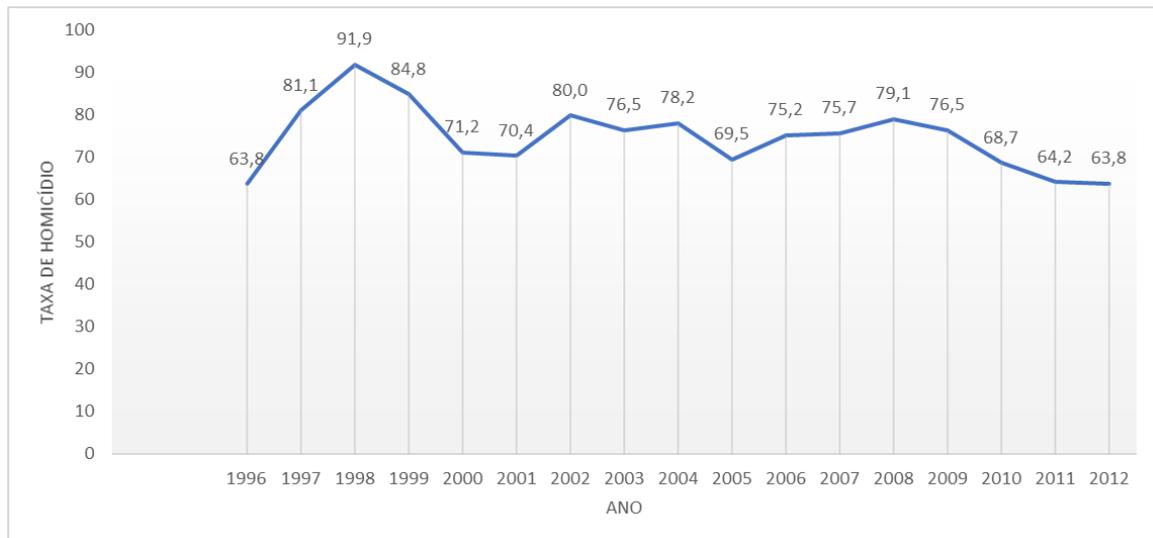
**Figura 7:** Comparativo entre taxa de homicídios e renda domiciliar per capita (RMN – 2010)



Fonte: DATASUS; IBGE

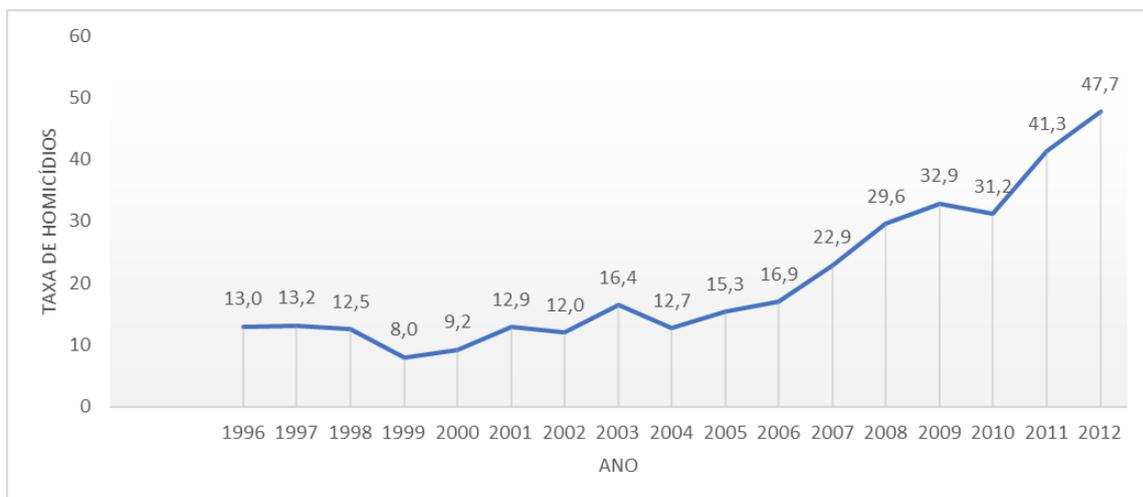
Perante a análise realizada foi constatado, portanto, que o perfil de vítimas das duas regiões metropolitanas encontra-se similar, com o maior percentual de vítimas pertencendo ao sexo masculino com idade entre 15 e 29 anos, com escolaridade baixa e renda média abaixo de R\$ 921,00. Entretanto, vale ressaltar que ainda mais importante do que entender o perfil das vítimas de ambas é entender como encontra-se o processo de evolução das taxas de violências nesses locais para que possamos emitir conclusões a respeito dos possíveis intensificadores ou amenizadores de homicídios. Diante disso, apresenta-se os gráficos abaixo, que mostram a variação das taxas de homicídio da RM da Grande Vitória e de Natal entre os anos de 1996 e 2012.

**Figura 8:** Taxa de homicídios por 100 mil habitantes – RMGV (1996 – 2012)



Fonte: DATASUS (2010)

**Figura 9:** Taxa de homicídios por 100 mil habitantes – RMN (1996 – 2012)



Fonte:

DATASUS (2010)

Através deles é possível observar que as taxas de homicídios da grande Vitória e de Natal encontram-se caminhando em lados contrários. As taxas da Grande Vitória apresentam uma oscilação de aumentos e baixas no decorrer dos anos e no ano de 2012 reduzem até atingir a mesma taxa apresentada no ano de 1996, enquanto as taxas de Natal apresentaram um aumento de 272% de 1996 a 2012, sem sinais significativos de redução. Dessa forma é possível concluir que a violência urbana da RMGV, mesmo possuindo taxas relativamente altas e bem maiores que as da RMN, possuem uma tendência a redução, enquanto as taxas da RMN aumentam gradativamente e assustadoramente. Uma das causas que podem estar relacionadas com essa diferença, além de

muitas outras não abrangentes nessa pesquisa, pode estar na gestão exercida pelas duas RMs, que se encontra atualmente muito distinta, como já foi citado na seção 3.1 deste artigo, visto que enquanto a RMN encontra-se desestruturada em sua gestão metropolitana, a RMGV desde o ano de 2005 vem apresentando melhorias significativas em sua gestão, com a criação do Conselho Metropolitano de Desenvolvimento da Grande Vitória - Comdevit e institucionalização do Fundo Metropolitano de Desenvolvimento da Grande Vitória – Fumdevit (VENERANO et al., 2018) e, mais recentemente, com a aprovação de seu Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado, transformado em lei estadual no final de 2017 (IJSN). Todavia, é importante destacar que, apesar de termos chegado a essa conclusão, não é possível afirmar concretamente que este é o único motivo pelo qual as RMs em estudo disparam-se em taxas de homicídios. Diante disso, na próxima seção será ampliada a análise sobre outros possíveis agravantes internos às RMs que podem estar sendo intensificadores desse fenômeno, analisando a relação dos espaços existentes nos municípios com as taxas de violência urbana.

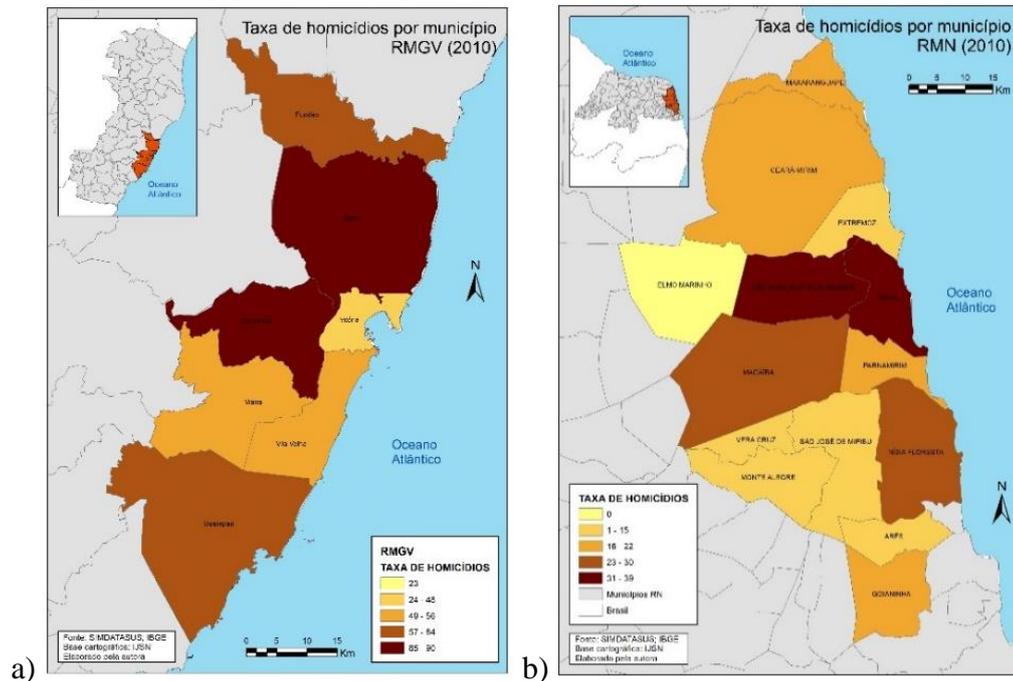
#### 4 A RELAÇÃO ESPAÇO VIOLÊNCIA NOS DIFERENTES MUNICÍPIOS QUE INTEGRAM AS REGIÕES METROPOLITANAS EM ESTUDO

Na seção anterior foi realizada uma análise da violência urbana nas Regiões Metropolitanas da Grande Vitória e de Natal, demonstrando através de dados qual é o perfil das vítimas que intensificam as taxas de homicídios das mesmas. Nesta seção, portanto, a análise avança um pouco mais adiante, destacando a questão do planejamento urbano e como ele influencia na questão da segurança pública das cidades. Para isso, as análises agora serão um pouco mais detalhadas a respeito dos municípios que integram as RMs em estudo, trazendo um recorte mais específico que evidenciará a relação do espaço urbano com a criminalidade violenta.

Segundo Lira (2014), tendo em vista que a distribuição espacial da criminalidade violenta encontra-se potencialmente concentrada nas áreas urbanas, pode-se dizer que “[...] o próprio descaso e/ou fracasso das esferas do poder público, a ausência de integração das políticas sociais e a ineficiência do planejamento urbano, correlacionaram-se favorecendo o desenvolvimento da dinâmica criminal” (LIRA, 2014, p. 58). Diante disso, busca-se entender como está sendo tratado essas questões nas Regiões Metropolitanas em estudo.

A ideia desta seção articula-se, portanto, em entender como os espaços urbanos estão se comportando nesses municípios e se eles podem estar sendo possíveis intensificadores dos altos índices de violência encontrados, com a intenção de analisar a distribuição da criminalidade violenta no território, uma vez que esse fenômeno não ocorre homoganeamente, refletindo em grandes diferenciais dentro da Região Metropolitana. Através da Figura 10 é possível observar que na RMGV os municípios com taxa de homicídios mais altas são Serra e Cariacica, alcançando taxas de 88 e 85 homicídios por 100 mil habitantes, respectivamente. Logo depois, estatisticamente, encontram-se os municípios de Fundão e Guarapari, com taxas de 76 e 61 homicídios por 100 mil habitantes, Vila Velha e Viana, com 54 e 53 homicídios por 100 mil habitantes e, por último, o município de Vitória, alcançando 48 homicídios por 100 mil habitantes. O curioso é que na RMN a situação acontece de maneira diferente, como também pode ser observado na Figura 10, quando o município polo apresenta 36 homicídios por 100 mil habitantes, uma das maiores taxas de homicídios da Região Metropolitana, perdendo apenas para São Gonçalo do Amarante, que apresenta uma taxa de 39 homicídios por 100 mil habitantes. Os demais municípios da RMN apresentam taxas menores que 30 homicídios por 100 mil habitantes e o município de Ielmo Marinho encontra-se em último lugar, atingindo uma taxa de homicídio nula.

**Figura 10:** a) Taxa de homicídios por 100 mil habitantes, por município RMGV (2010) e b)  
Taxa de homicídios por 100 mil habitantes, por município RMN (2010)



Fonte: SIMDATASUS; IBGE

Vale salientar que uma possível justificativa para as altas taxas de homicídios presentes no município de Natal é a questão da desigualdade socioeconômica muito evidente presente na mesma. De acordo com dados do Datasus, o município de Natal apresenta o maior índice de Gini da Região Metropolitana para o ano de 2010, atingindo 0,62. O município de São Gonçalo do Amarante, apesar de não possuir o índice de Gini tão alto quanto o de Natal, apresenta alto grau de integração com o mesmo, ficando, portanto, vulnerável a criminalidade exercida no município polo. Esta desigualdade social também pode ser comprovada pela renda média domiciliar no município de Natal, vista na seção anterior. Mesmo concentrando o maior PIB da região e alto comércio de turismo, sua renda média domiciliar per capita encontra-se relativamente baixa.

Além disso, é relevante destacar que o município de Natal, a partir do ano de 1995, presencia um novo modelo de moradia: os condomínios horizontais fechados. A partir daí esse modelo de edificação passa a se expandir pelo município, provocando uma revolução no mercado imobiliário natalense (TAVARES; COSTA, 2010). Na RMGV observa-se uma situação muito similar no município da Serra, que não coincidentemente apresenta a maior taxa de homicídios da Região Metropolitana. Os condomínios fechados supostamente tornaram-se a melhor opção de moradia com relação a segurança, visto que a maioria deles “[...] possuem altos muros rodeados com cercas elétricas e os mais modernos equipamentos de segurança da sociedade contemporânea (câmeras, sensores elétricos) (CALDEIRA apud TAVARES; COSTA, 2010, p. 88).

Entretanto, segundo Jacobs (2000), o problema de segurança presente nas cidades da atualidade tem total relação com essas tipologias habitacionais, quando “o problema atinge dimensões alarmantes em certas áreas da cidade que foram reurbanizadas, incluindo supostamente os melhores exemplos de reurbanização, como os conjuntos habitacionais de renda média” (JACOBS, 2000, p.22). É partindo deste pensamento que abre-se a crítica a esses modelos de habitação que passaram a fazer parte da malha urbana dos dois municípios mais perigosos das RMs em estudo, trazendo novamente a ideia que Jacobs traz a respeito da importância da vitalidade de ruas e calçadas no ambiente urbano, com a teoria de que as ruas de uma cidade precisam parecer interessantes e dinâmicas, no sentido da apropriação dos espaços públicos pela comunidade, para que a cidade pareça interessante e assim também dinâmica. Se nas ruas prevalecer a monotonia, a cidade também trará esse aspecto.

Com relação aos municípios de São Gonçalo do Amarante (RMN) e Cariacica (RMGV), situados em segundo lugar quando refere-se as taxas de homicídios de suas respectivas RMs, é importante citar que os possíveis agravantes de suas taxas de homicídios são similares, assim como ocorre entre Serra e Natal. O contexto histórico urbano de ambas está associado a periferização e favelização vista a partir da segunda metade do século XX, quando a população menos abastada passa a se deslocar para as periferias. Isso comprova-se com a análise da renda média per capita vista para os dois municípios, quando São Gonçalo do Amarante apresenta uma renda média de R\$ 359,96 e Cariacica R\$ 593,92, rendas bastante inferiores às encontradas nos municípios polos da RMN e RMGV. Tudo isto também passa a estar relacionado com a questão da infraestrutura oferecida por parte do estado, visto que a distribuição espacial dos crimes pode estar influenciado por diversos fatores, como a estrutura socioeconômica e características do espaço urbano, relacionado a infraestruturas urbanas (problemas com a iluminação dos espaços públicos, áreas residenciais desprovidas de elementos de segurança, terrenos que não exercem a função social da propriedade e propiciam locais de esconderijo para criminosos, etc) (LIRA; LYRA; GUADALUPE, 2014). Diante disso, é importante afirmar que, em sua maioria, os investimentos públicos em infraestrutura sempre tendem a privilegiar as áreas nobres das cidades que, comparado aos locais menos abastados, já possuem infraestrutura suficiente, enquanto estes últimos continuam carecendo de investimentos.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar a problemática da criminalidade violenta nas Regiões Metropolitanas da Grande Vitória e de Natal se deu como o principal objetivo deste artigo. Entretanto, a busca por respostas a respeito de um fenômeno urbano se torna algo muito mais complexo quando se pretende entender de modo mais abrangente a complexidade da realidade vivenciada por uma sociedade.

Após a constatação de aspectos relacionados à segregação socioespacial nas RMs em estudo, são iniciadas diversas problemáticas no âmbito urbano. A partir disso, identifica-se que a RMGV e RMN, em alguns momentos, apresentam situações distintas em seus índices, quando na RMGV as maiores problemáticas são encontradas nos municípios periféricos e, na RMN, em muitos casos a concentração dos problemas está no município polo. A criminalidade violenta, por exemplo, foi um dos que se apresentou nesta situação, com maior evidência no município polo da RMN, questão justificada pela desigualdade social encontrada no município de Natal. Outra constatação a respeito deste fenômeno foi a evolução dele através dos anos. Na RMGV, que por muitos anos esteve no destaque de RMs mais perigosas, foi comprovado uma tendência a melhorias em seus índices de homicídios, enquanto na RMN estes índices não apresentaram sinais de redução. Nesse sentido, este estudo demonstra, parcialmente, o quanto as ações e o planejamento metropolitano são importantes para a gestão de espaços metropolitanos.

## 6 REFERÊNCIAS

DE ANDRADE, Luciana Teixeira; DE SOUZA, Dalva Borges; FREIRE, Flávio Henrique Miranda de A. **Homicídios nas regiões metropolitanas**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

ESPÍRITO SANTO. **Lei Complementar nº 58, de 21 de fevereiro de 1995**. Institui a Região Metropolitana da Grande Vitória – RMGV, com vistas à organização, ao planejamento e à execução de funções públicas de interesse comum, no âmbito metropolitano. Diário Oficial, Vitória, 1995.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>



JACOBS, Jane. **Morte e vida das grandes cidades**. 1 ed. - São Paulo: Martins Fontes, 2000.

JUNIOR, José Carlos Ugeda. **Urbanização brasileira, planejamento urbano e planejamento da paisagem**. 2016. 15p. Dissertação (Faculdade de Ciências e Tecnologia) - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente/SP, 2016.

LIRA, Pablo Silva. **Geografia do crime e arquitetura do medo: uma análise dialética da criminalidade violenta e das instâncias urbanas**. 2. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2014.

LIRA, Pablo Silva; LYRA, Ana Paula; GUADALUPE, Thiago de Carvalho. Organização social do território e criminalidade violenta: análise espacial dos crimes e da tipologia socioespacial da Região Metropolitana da Grande Vitória – RMGV. In: LIRA, Pablo; JUNIOR, Adilson Pereira de Oliveira; MONTEIRO, Latussa Laranja. **Vitória: transformações na ordem urbana: metrópoles: território, coesão social e governança democrática**. 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Metrôpoles, 2014.

RIBEIRO, Karla Rangel; ISTOE Rosalee Santos Crespo; DE SOUZA Carlos Henrique Medeiros; SHIMODA, Eduardo; LISBÔA, Rogério Trindade. Gravidez na adolescência: perfil socio-econômico e envolvimento em bullying. **Acta Biomedica Brasiliensia**, Iguaçú, vol. 4, n. 1, p. 12-23, 2013. Disponível em: <<https://doaj.org/article/2627551a24194af198342a25c9857bed?frbrVersion=2>>. Acesso em: 25 de maio de 2018.

RIBEIRO, Luiz Cesar. A ordem urbana na metrópole do Rio de Janeiro: caminhos e síntese. In: RIBEIRO, Luiz Cesar (editor). **Rio de Janeiro: transformações na ordem urbana: território, coesão social e governança democrática**. Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Metrôpoles, 2015.

\_\_\_\_\_. **Transformações da Ordem Urbana na Metrópole Liberal-Periférica: 1980/2010. Hipóteses e estratégia teórico-metodológica para estudo comparativo**. Rio de Janeiro: Observatório das Metrôpoles, 2013.

RIO GRANDE DO NORTE. **Lei complementar nº 152, de 16 de janeiro de 1997**. Institui a Região Metropolitana de Natal e dá outras providências. Fórum Nacional de Entidades Metropolitanas (FNEM), 1997.

SIM/DATASUS, Sistema de Informação sobre Mortalidade DATASUS do Ministério da Saúde. Disponível em <<http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=060701>>

SOUZA, Marcelo Lopes de. **O Desafio Metropolitano: Um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas Metrôpoles Brasileiras**. Bertrand, 2000

TAVARES, Matheus Avelino; COSTA, Ademir Araújo. Dinâmica urbana e condomínios horizontais fechados na cidade de Natal. **GeoTextos**, Bahia, vol. 6, n. 2, p. 83-113, 2010. Disponível em <<https://doaj.org/article/d67b659235af459cac1b75d89a2949ac?frbrVersion=2>>. Acesso em 9 de junho de 2018.

VENERANO, A. B. et al. Adequação do arranjo de governança da região metropolitana da grande vitória ao estatuto da metrópole e o processo de elaboração do plano de desenvolvimento urbano integrado. In: MARGUTI, Bárbara Oliveira; COSTA, Marco Aurélio; FAVARÃO; César Bruno. **Brasil metropolitano em foco: desafios à implementação do Estatuto da Metrópole**. Brasília: Ipea, 2018.

VENERANO, A. B. et al. Adequação do arranjo de governança da região metropolitana da grande vitória ao estatuto da metrópole e o processo de elaboração do plano de desenvolvimento urbano integrado. In: MARGUTI, Bárbara Oliveira; COSTA, Marco Aurélio; FAVARÃO; César Bruno. **Brasil metropolitano em foco: desafios à implementação do Estatuto da Metrópole**. Brasília: Ipea, 2018.